

Maria da Conceição Falcão Ferreira

Construção corrente em Santarém, no século XV:
Alguns exemplos.

Construção corrente em Santarém, no século XV

Alguns exemplos

Por Maria da Conceição Falcão Ferreira*

459

Resumo

Com base no rol da propriedade urbana registada no tombo da Colegiada de Santo Estêvão de Santarém [1474], procurou alinhar-se umas quantas características da habitação medieval desta cidade. O perfil da informação permite compor um esboço inerente a dimensões, repartimentos, imbricamento construtivo e a tipologia das edificações, entre prédios de um só piso, e casas de sobrado. Pela investigação por nós empreendida, toda ela a privilegiar a realidade nortenha (Guimarães e Barcelos), é possível buscar semelhanças e especificidades regionais, neste domínio. Em outro tempo, pode prolongar-se o estudo que agora se realiza, no sentido de procurar relações entre prédios, preços e usufrutuários, buscando, assim, uma leitura diferente, a par de outras que a fonte arquivística em causa suporta.

1. Para um enquadramento global

As construções medievais têm suscitado variadíssimas formas de abordagem, em estudos de natureza assaz diversificada¹. Pode o leitor colher notáveis contributos em trabalhos monográficos, oriundos de leituras arquivísticas, e/ou de dados arqueológicos, para a Europa Ocidental da Idade Média. Depois, os escritos da responsabilidade de arquitectos, não raro, revelam-se da maior utilidade, no domínio deste diálogo particular do homem com o meio². A profusão de fontes iconográficas exige, como é sabido, uma leitura cuidada e com suporte de dados mais objectivos. Na maior parte dos casos, provêm de séculos muito recentes, e executadas de acordo com a realidade da sua elaboração. As coevas, não raro, decorrem de representações idealizadas e contaminadas, tanta vez, por modelos estranhos à realidade nacional.

* Universidade do Minho. Uma primeira versão deste texto foi apresentada, publicamente, no Colóquio *Santarém na Idade Média* (13 e 14 de Março de 1998).

¹ Cf., entre diversíssimas obras, *La Maison de ville a la Renaissance. Recherches sur l'habitat urbain en Europe aux XVe et XVI siècles, Actes du colloque tenu a Tours du 10 au 14 mai 1977, Paris, Éd. Picard, 1983; La construction au Moyen Age. Histoire et archéologie. Actes du congrès de la Société des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public (Besançon, 2-4 juin 1972), Paris, Les Belles Lettres, 1973; Le paysage urbain au Moyen-Age, Actes du X^e Congrès des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur, Lyon, PUL, 1981; ROSSI, Aldo - *La arquitectura de la ciudad*, 8^a ed., (trad. espanhola), Barcelona, Editorial Gustavo Gili, S.A., 1992; ROUX, Simone - *La maison dans l'Histoire*, Paris, Albin Michel, 1976; CARLÉ, Maria dei Carmen - *Ta casa en la Edad Media castellana*, *Cuadernos de historia de Espana*, 67/68, 1982, p. 165 a 229 e LEGUAY, Jean-Pierre - *La me au Moyen Age*, Rennes, Oueste-France, 1984.*

² Entre vastíssimas abordagens, muitas delas de arquitectos portugueses, é de extrema utilidade a leitura de CASTRO VILLALBA, António - *Historia de la construcción medieval. Aportaciones*, *Quarderns d'Arquitectes* 15, Ed. Universitat Politècnica de Catalunya, SL, 1996.

Por via de regra, são as grandes obras públicas as mais conhecidas³, quer pela disponibilidade de fontes, quer pela perenidade das edificações e reedificações. Assim é o caso de castelos⁴ e muralhas⁵, de certos paços do concelho⁶, de pontes⁷, de algumas cidades portuárias e obras inerentes ao aproveitamento da energia hidráulica, entre outras⁸. Como algo que a todos dizia respeito, pelo bem comum que lhes subjazia, ou pelo dever religioso, se devem entender os edifícios eclesiais. O interesse destas obras, bem como o carácter colectivo que assumiram justificam o perpetuar de uma vastidão de memórias. Todavia, quando se pretende descer ao mais simples nível do alçar quotidiano, as dificuldades da apreensão do fenómeno, nas múltiplas facetas que encerra, são manifestamente grandes, e bem conhecidas de todos quantos ao assunto se têm dedicado. Dificuldades acrescidas para o nosso país, um dos que não beneficiou de trabalhos de arqueologia medieval sistemática, para não dizer que é praticamente inexistente nos espaços urbanos, salvo as mais recentes intervenções⁹. Bastará,

³ Entre outros exemplos citáveis, veja-se GOMES, Saul António - "Les ouvriers du bâtiment a Batalha", *Razo*, n.º 14 - *Urtisan dans ia Péninsule Ibérique*, Cahiers du Centre d'Études Médiévales de Nice, Nice, Université de Nice, 1993, p. 33 a 51.

⁴ Entre outros, revelam-se de extrema importância os estudos de ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Arquitectura românica de Entre-Douro e Minho*, 2 vols., Dissertação de Doutoramento, Dact., Porto, FLUP 1978; *Casteioiogia medieval Entre-Douro-e-Minho. Das origens a 1220*, Dact., Dissertação Complementar de Doutoramento, Porto, FLUP, 1978 e *Casteios medievais do noroeste de Portugal, Separata de Finis Terrae, Estudos en lembranza do Prof. Dr. Alberto Balil*, Faculdade de Xeografía e Historia, Departamento de Historia I, s/d, p. 371 a 385; BARROCA, Mário - *Do castelo da Reconquista ao castelo românico, Separata de Portvgalia*, nova série, vol. XI-XII, Porto, Instituto de Arqueologia da FLUP, 1990/91, p. 9 a 136; GOMES, Saul António - *Introdução à história do castelo de Leiria*, Leiria, Câmara Municipal, 1995; RODRIGUES, Ana Maria S. A. - "O castelo e as muralhas de uma vila estremenha: Torres Vedras", in *Espaços, gente e sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, p. 25 a 33.

⁵ Para uma visão abrangente do fenómeno, cf. *La ciudad y las murallas* (ed. de Cesare De Seta e Jacques Le Goff), (trad. espanhola), Madrid, Ed. Cátedra, 1991 e BENÉVOLO, Leonardo - *Introdução à Arquitectura*, (trad. port.), Lisboa, Edições 70, 1991. Cf. GONÇALVES, Iria - "Um projecto adiado: a muralha quatrocentista do Funchal", in *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, p. 211 a 220; SANTOS, Mariana A. Machado - *As muralhas de Faro e o significado da entrada de D. Afonso III na "Vila-Adentro"*, Separata de Bracara Augusta, vol. XX-Fasc. 43-44 (55-56), Braga, 1966, p. 1 a 20; SILVA, Manuela Santos - "Espaço defendido e estruturas de defesa em Óbidos durante a Idade Média", *Revista da Faculdade de Letras*, 5ª série, n.º 10, Lisboa, 1988, p. 71 a 77.

⁶ Cf. SILVA, Manuela Santos - *Estruturas urbanas e administração concelhia. Óbidos medieval*, Cascais, Patrimonia, 1997, p. 87 a 89.

⁷ Cf., a título de exemplo, MESQUI, Jean - *Chemins et ponts. Lien entre les hommes*, Paris, R.E.M.P.A.R.T. 1994.

⁸ Cf. a obra colectiva: *Tecnología y sociedad: las grandes obras públicas en la Europa medieval*, XXII Semana de Estudios Medievales. Esteia, 17 a 21 de julio de 1995, Pamplona, Gobierno de Navarra, 1996.

⁹ E para citar, apenas, a realidade nortenha, remete-se o leitor para as relexões e estado da situação em MARTINS, Maria Manuela *et alii* - "Dezasseis anos de arqueologia em Braga: problemática da reconstrução de uma cidade romana", Bracara Augusta, vol. XLV, n. 97 (110), Braga, 1994, p. 71 a 66"; MARTINS, Maria Manuela - "A gestão da Arqueologia urbana. Realidades, problemas e desafios", *!º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico*, Perspectivas em diálogo, Arkeos, Tomar, CEIPHAR, Instituto Politécnico de Tomar, 1997, p. 91 a 111; "Braga: itinerários da investigação arqueológica nos anos 80" (Pensar a investigação nos anos 90), (no prelo), *O Arqueólogo Português*, 1992/1993, Série IV, Ed. do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

para se dimensionar a diferença que nos separa de outros países europeus, recordar as conquistas alcançadas na Inglaterra, Alemanha e França do *post* Segunda Guerra Mundial¹⁰, e o que se verifica na Itália e na vizinha Espanha de hoje. Algo que nos dá a consciência exacta da precariedade das conclusões com que se vai operando, sempre que se aborda o problema das construções correntes, no medievismo lusitano. E com muito maior dificuldade, se se pretende redesenhar a paisagem construída a Norte do Douro, tão poucos têm sido os trabalhos produzidos, se olharmos o cenário historiográfico, neste domínio, para o Centro¹¹ e, particularmente, para o Sul *islâmico*¹². Assim se pode concluir da leitura de vários estudos dedicados à história local e regional, que pouco ou nada dizem sobre os problemas que envolveram a edificação comum. Ou quando dizem, indiciam o laconismo das fontes escritas que, nem a muito custo, informam sobre a paisagem edificada, no que à tecnologia diz respeito, bem como aos pormenores das soluções arquitectónicas. O que se anota, pouco mais permite determinar se se tratava de uma casa térrea ou sobradada, isto é, com um ou mais andares,

⁰ Entre variadíssimos artigos de revistas da especialidade, e estudos mais vastos, que vêm pondo em comum resultados das mais diversificadas prospecções arqueológicas, veja-se a esclarecedora obra de síntese, ainda que se reporte à realidade da década de setenta (BOUARD, Michel de - *Manual de Arqueologia medieval. De la prospección a la historia*, Barcelona, Ed. Teide/Ed. Base, 1977).

¹ FERRO, João Pedro - *Alenquer medieval (séculos XII-XV)*, Subsídios RODRIGUES, Ana Maria S. A. - Torres Vedras, *A vila e o termo nos finais da Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1995; GOMES, Saúl António - *A organização do espaço urbano numa cidade estremenha: Leiria medieval*, Separata A *Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares*. Actas II, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, p. 82 a 113. GONÇALVES, Iria - "Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia", in *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, p. 11 a 60 e, da mesma autora, "Na Ribeira de Lisboa, em finais da Idade Média", in *Um olhar sobre a cidade medieval*, op. cit, p. 61 a 95; MARQUES, A. H. de Oliveira - *Novos ensaios de História medieval portuguesa*, Lisboa, Ed. Presença, 1988; SILVA, Manuela Santos - *Estruturas urbanas e administração concelhia. Óbidos medieval*, op. cit; VILAR, Hermínia Vasconcelos - *Abrantes medieval (1300-1500)*, Abrantes, CMA, 1988 e, entre outros, CONDE, Manuel Sílvio Alves - *Tomar medieval, O espaço e os homens*, Cascais, Patrimonia, 1996.

² *Vd. Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (Séculos XII-XV)*, (dir. de A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves, Amélia Aguiar Andrade), Lisboa, CEHUNL, 1990; diversas monografias inserem o tema das construções medievais, como se pode ver em BEIRANTE, Maria Angela Godinho V. da Rocha - *Évora na Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1995 e *Santarém medieval*, Lisboa, UNL/FCSH, 1980; CONDE, Manuel Sílvio Alves - *Sobre o património da colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Santarém. Das origens ao final do século XV*, Separata de Arquipélago, *Revista da Universidade dos Açores*, Série História - «In Memoriam» Maria Olímpia Rocha G/7, vol. I, Ponta Delgada, 1995, p. 49 a 104; BOTÃO, Maria de Fátima - *Silves capital de um reino medievo*, Silves, CMS, 1992; CARVALHO, Sérgio Luís de - *História de Sintra*, Sintra Editora, 1992; BRAGA, Paulo Drumond - *Setúbal medieval (Séculos XIII a XV)*, Setúbal, Câmara Municipal de Setúbal, 1998; PEREIRA, Maria Teresa Lopes - *Alcácer do Sal na Idade Média*, (dact.), Dissertação de Mestrado apresentada à FCSH-UNL, Lisboa, 1998. Cf., entre outras aborda gens recentes, OLIVEIRA, Luís Filipe - "Uma fortificação islâmica do termo de Silves: o castelo Belinho", *Actas das III Jornadas de Silves* (20, 21, 22 de Outubro de 1995), Silves, Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural de Silves, 1997, p. 39 a 51; "A Sé de Silves: a memória da pedra", *Arqueologia Medieval*, n.º 5, 1997, p. 277 a 293; BARROS, Amândio - *Alterações urbanísticas em Faro e Olivença na 2.ª metade do século XV*, Separata da *Revista de História*, vol. 7, Porto, CHUP, 1987, p. 159 a 174 e SANTOS, Vítor Manuel Pavão dos - "As «casas» do alcaide-mor de Mértola no início do século XVI", *Bracara Augusta*, vol. XXXI (71/72), Braga, 1977, p. 255 a 264.

mais raro os repartimentos de que se compunha e, quanto muito, se o domínio pendia para a pedra ou para a madeira, como materiais básicos. E para este último aspecto, frequente é que as dúvidas permaneçam. Inútil, quase sempre, questionar as fontes escritas sobre as técnicas e pormenores de construção, quer se trate de madeira, de pedra, de adobe ou taipa.

Quanto à madeira, por vezes material quase exclusivo, pouco mais sabemos para além do facto. Mas o silêncio mantém-se mesmo para questões tão simples como sejam, a título de mero exemplo: se utilizava verde ou seca e em que circunstâncias; como se entalhava; se houve, com efeito, 'escolas' de carpintaria, a ritmar usos e costumes, entre muitos outros detalhes que acompanharam a tarefa dos construtores de cidades.

462

Por dado adquirido tem-se que um edifício de madeira custava menos, incluindo a mão-de-obra que era, também, menos dispendiosa. Pelos campos adentro, muitos camponeses sabiam preparar as vigas e uni-las, e era um trabalho que podia ser gratuito para os senhores, enquanto a construção de pedra, pelo contrário, exigia a intervenção de mestres especializados. Diversos indícios fazem pensar que estes eram muito poucos, no cenário das construções correntes, no Portugal medievo.

Pelos estudos que têm vindo a ser publicitados, talvez se possa concluir que, por finais do séculos XIV e ao longo do XV, a pedra tendesse a ganhar terreno à madeira, pelo menos na fortificação dos núcleos urbanos, na construção de igrejas e castelos, ainda que a madeira continuasse a ser usada no campo e, com relativa frequência, nos centros urbanizados, quer para casas e até alguns edifícios públicos, e para alpendres de mercados cobertos. Mais difícil se revela o estabelecer marcos para o predomínio deste ou daquele material, a variar de região para região, com os meios sociais, com os tempos e com as modas.

Não deve esquecer-se, também, quando se é tentado a menosprezar a madeira, enquanto suporte construtivo, as preocupações expressas nos diplomas visando racionalizar o seu uso, já que representava algo de vital importância. Não só a construção e calefação, como todo o tipo de utensílios, entre vida doméstica, agrícola ou urbana, tornavam-na um bem precioso. Só o facto da madeira ser algo indispensável explica as reservas postas no talhar de árvores, algo bem visível por finais do século XIII e na centúria seguinte, bem como a sua requisição, em tempos de guerra, pelos poderes urbanos.

Quanto ao uso da pedra, a começar pela sua extracção e transporte, que deveriam assumir-se como difíceis problemas aos construtores, pouco ou nada se conhece sobre as técnicas utilizadas. Apenas se entende o facto da necessidade de esta se encontrar nas cercanias da obra, mas muito pouco sobre as diferentes espécies. Omissões ocorrem, de igual modo, sobre os engenhos necessários ao seu transporte, e demais utensílios usados pelos pedreiros.

Isto para lembrar, apenas, alguns dos obstáculos que se colocam no estudo das edificações medievais, com base nas fontes disponíveis.

Algumas achegas para a realidade nortenha parecem desenhar, esquematicamente, o seguinte quadro: o predomínio da madeira e taipa, com recurso a vários tipos de pregadura e a tendência, no mundo urbano, para as casas sobradadas e telhadas, em detrimento das térreas cobertas de colmo, ao longo de Quatrocentos. Algo diferente do que pode saber-se se para a residência senhorial fortificada, onde a pedra marca inequívoca presença. Veja-se, a propósito, o que Mário Barroca concluiu para as torres medievais do norte, entre Guimarães

e Amares¹³ e para a arquitectura militar¹⁴, ou Luís Filipe para Lamego¹⁵. Quase nada de esclarecedor sobre os repartimentos das habitações comuns, para além da loja ou do sótão, e das cozinhas nos sobrados. De quando em vez, lá fica uma referência à câmara ou salas, e não mais. A polissemia da palavra casa ou casas remete-nos, tanta vez e como é por de mais sabido, para a acepção de repartimento¹⁶. Quanto à construção em altura, os exemplos anotados ficam-se pela existência de casas de três pisos, mo máximo, ou seja, da loja e de dois sobrados. Assim se depara a paisagem para o Porto¹⁷, Guimarães¹⁸, Barcelos¹⁹, Ponte de Lima²⁰ e Braga²¹ e, para o centro interior, na Guarda²². Deste modo, numa região de granito, o recurso à madeira é um facto a perdurar no curso dos séculos. O que não significa que a pedra não tivesse sido utilizada, como bem o prova o legislado por Afonso IV, para o Porto de 1339, no que se referia aos impedimentos de colocar ameias nas casas pétreas²³. Tratava-se, ao que tudo indica, de habitações de prestígio.

³ BARROCA, Mário - *Em torno da residência senhorial fortificada. Quatro torres medievais na região de Amares*, Separata da *Revista de História*, vol. IX, Porto, CHUP, 1989, p. 9 a 16.

⁴ BARROCA, Mário - *A Ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa do século XII*, Separata de Portugalia, nova série, vol. XVII-XVIII, Porto, Instituto de Arqueologia da FLUP, 1996/1997, p. 171 a 209.

⁵ OLIVEIRA, Luís Filipe - "As residências dos Coutinhos na região de Lamego (séculos XIV-XV)", *V Jornadas Arqueológicas* (20,21 e 22 de Maio de 1993), 2.º vol., Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1994, p. 299 a 308.

⁶ Como, e para além de muitos outros exemplos, se observou no nosso estudo: *Barcelos terra de condes*, Separata de *Barcelos Revista*, 1991/1992, Barcelos, 1992, p. 48 e 49.

⁷ Podem ver-se, entre outros, MARQUES, José - *Património régio na cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV (Subsídios para o seu estudo)*, Separata da *Revista de História*, vol. III, Porto, CHUP, 1982, p. 73 a 97; DUARTE, Luís Miguel; AMARAL, Luís Carlos - *Prazos do século e prazos de Deus (Os aforamentos na Câmara e no Cabido da Sé do Porto no último quartel do século XV)*, Separata da *Revista da Faculdade de Letras - História*, II Série, vol. I, Porto, 1984, p. 97 a 134; AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel - *Os homens que pagaram a Rua Nova (Fiscalização, sociedade e ordenamento territorial no Porto Quatrocentista)*, Separata da *Revista de História*, vol. VI, Porto, CHUP, 1985, p. 7 a 9; REAL, Manuel Luís; TAVARES, Rui - "Bases para a compreensão do desenvolvimento urbanístico do Porto", *A cidade em Portugal: onde se vive*, n.º 2 de Povos e Culturas, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 1987, p. 389 a 418.

⁸ Cf. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão — *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376-1520)*, Guimarães, CMG/SMS, 1989, p. 221 e sgs.; da autora, cf. *Guimarães: 'duas vilas, um só povo'. Estudo de história urbana (1250-1389)*, vol. II - *O espaço construído*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Braga, 1997, p. 531 a 565.

⁹ Cf. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Barcelos, terra de condes*, *op. cit.*, p. 42 a 45.

²⁰ Como se deprende do exposto por ANDRADE, Amélia Aguiar - *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 33 a 38.

²¹ Para além do estudo sobre casas torreadas de GUERRA, L. de Figueiredo - *Torres solarengas do Alto Minho*, Coimbra, 1925, veja-se MARQUES, José - *Braga medieval*, Braga, 1883 e *O senhorio de Braga no século XV - Principais documentos para o seu estudo*, Braga, 1997; AMARAL, Luís Carlos - *O património fundiário da Sé de Braga entre 1071 e 1108*, Separata de *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga, Congresso Internacional, Actas*, vol. I, Braga, 1990, p. 513 a 550.

²² GOMES, Rita Costa - *A Guarda medieval. Posição, morfologia e sociedade (1200-1500)*, Cadernos da Revista de História Económica e Social, 9-10, Lisboa, Sá da Costa, 1987.

²³ *Corpus Codicum*, vol. I, 1899, p. 40. A passagem a que se faz alusão, é transcrita por BARROCA, Mário - *Em torno da residência fortificada (...)*, *op. cit.*, p. 23, e situa-se entre as várias medidas do monarca, decorrentes das inquirições feitas aquando da questão com o bispo do Porto.

Quanto à fisionomia da casa corrente, configurava-se em blocos semelhantes a estreitos corredores, por via de regra, numa relação assaz desigual entre comprimento/largura, numa superioridade clara do comprimento.

Relanceando diversas abordagens relativas ao centro e sul, não obstante certas diferenças observadas, mantêm-se muitos traços comuns, no que se refere à simplicidade da construção corrente, quer no que diz respeito ao acanhado crescimento vertical, quer a várias técnicas, como a do recurso à madeira, taipa, adobe e ferragens.

Em estudo recente, Sílvio Conde publicou uma síntese sobre a habitação urbana do Sul, para finais da Idade Média, e de extrema utilidade²⁴. Por um lado, porque o estudo de Vítor Pavão dos Santos não chegou a ser publicado; por outro, pelo facto de se construir um cenário com base nas mais recentes publicações sobre o assunto.

Para efeitos operatórios, o autor tipifica as casas em três espécies: a mais elementar, de um só piso e uma só divisão; a de piso único e duas divisões e, por fim, a de dois pisos e duas divisões²⁵. Assim, conclui pela recorrência de uma lógica construtiva, mesmo em casos não incluíveis naqueles três tipos.

Deixando as variantes a estes traços comuns, para o que as mesmas se ajustam ao verificado em Santarém e de que falaremos um pouco adiante, no que diz respeito às divisões do seu espaço interior, Sílvio Conde conclui que, na maioria dos casos, se detecta um só repartimento, a que se destinavam as mais variadas funções²⁶, não obstante se confirmar a separação do seu interior, em alguns casos. Olhando os valores respeitantes ao comprimento e largura, anota-se para Tomar, a existência de diversas casas quadradas, realidade diferente da de Évora, e Lisboa e, como acima se anotou, sem expressão no Norte urbano conhecido, onde predominam, a exemplo do verificado em muitos casos europeus, construções mais alongadas. Fenómeno que se repetia, vulgarmente, na fisionomia dos quintais. Por via de regra, apenas as casas senhoriais fortificadas respeitavam uma planta prevalentemente quadrada.

As superfícies médias calculadas entre Évora, Lisboa, Óbidos, Alenquer e Tomar conduzem-nos a um valor aproximado dos quarenta e cinco metros quadrados²⁷. Algo a expressar-se, no seu máximo, nos sessenta metros quadrados de Tomar e, no mínimo, nos pouco mais de trinta e cinco, para Évora. Como teremos oportunidade de precisar, as áreas da habitação em estudo, para Santarém, revelam-se abaixo destas cifras, em valores médios. Na realidade, tal cenário está longe de ser homogéneo, e quando se tratava de imóveis sobradados a que acrescia um quintal, a superfície ocupada, de facto, era bem superior.

A escassez de dados quantitativos para a realidade nortenha dos séculos XIV e XV impede ensaiar comparações e avaliar o que seria uma superfície média, nas residências urbanas. Algo, como tudo o mais, condicionado por uma série de variantes que nos escapa.

²⁴ CONDE, Manuel Sílvio Alves - "Sobre a casa urbana do centro e sul de Portugal, nos fins da Idade Média", *Arqueologia Medieval*, Lisboa, Ed. Afrontamento, 1997, p. 243 a 265.

²⁵ *Op. cit.*, p. 245.

²⁶ *Op. cit.*, p. 247.

²⁷ Cifra calculada a partir dos cinco exemplos registados por CONDE, Sílvio - *op. cit.* (44.74 m²).

Numa visão global, e para além das dificuldades referidas, diríamos que nos parece absolutamente necessário interligar o estudo das construções no quadro global da morfologia urbana. Ou, dito por outras palavras, buscar a percepção arquitectónica do espaço para compreender as diversas formas de habitar. Basicamente, o uso que os homens fazem do espaço, na polivalência que este comporta, assume-se como condicionante construtiva, e cada vez mais se deve recorrer à Arquitectura para interpretar, mais correctamente, os dados obtidos em fontes diplomáticas. E naturalmente atendendo às seculares diferenças entre Norte/Sul e litoral/interior.

2. Construção corrente em Santarém, no século XV: alguns exemplos

465

Com base no registo da propriedade urbana da colegiada de Santo Estêvão, para 1474²⁵, alinharam-se algumas considerações sobre o assunto. Não para resolver o problema, como é óbvio. Apenas um breve partilhar de um retalho da Santarém medieva, entre construções correntes. A somar a tantos outros e a sugerir, cada vez mais, a necessidade de um diálogo pluridisciplinar.

Na sequência do até agora exposto, procurou-se todo e qualquer elemento que informasse sobre a habitação comum, entre a localização e fisionomia das edificações, sobre a partilha de espaços, e sobre a diversidade de materiais. A nível das gentes, os seus utilizadores, o posicionamento nas hierarquias de então, e o custo de morar aqui, ou além.

O facto da observação empreendida se limitar a cerca de quatro dezenas de registos, dos quais apenas trinta e três se anotam como casas, não anulou o interesse do exercício. Diríamos que todo o contributo é bem vindo, quando visa um assunto tão longe se se esgotar. A pesquisa nos registos patrimoniais de outros proprietários revelar-se-á, naturalmente, muito útil. Por certo à mesma se procederá, por nós ou por outrem, a quem estes temas suscitem a vontade de mais saber.

Como se disse, ficou notícia de trinta e três casas, pertença de Santo Estêvão, a que se juntavam quatro pardieiros, oito quintais, uns pelames (alcaçarias), um pedaço de chão, um cortinhal, dois olivais e árvores, apenas para referir os prédios urbanos. No universo dos homens, vinte e sete foreiros da dita igreja, a quem um pouco mais adiante se voltará²⁹.

Os imóveis e demais prédios referidos disseminavam-se entre o *adro de Santo Estêvão*, a *Praça da Vila*TM e diversos arruamentos de hierarquia diferente, na rede urbana. Assim fica o registo das *ruas do Hospital de S. Brás*¹¹, *Direita de Santo Estêvão*^{1*}, das

²⁵ INA-TT- *Santo Estêvão de Santarém*, caixa 72, maço 3, n.º 137 (que passaremos a citar por TT-SE, f.). Cumpre-nos agradecer à Professora Doutora Iria Gonçalves, que nos cedeu a reprodução da fonte citada e nos incitou à elaboração deste trabalho. De referir que a data atribuída a este tomo se encontra num fragmento solto. Por outro lado, trata-se de um tomo incompleto, não sendo possível dimensionar o que falta, entre os registos da propriedade urbana, que nos interessa, para o caso, detectar. A pesquisa iniciou-se pelo fólio paginado posteriormente, a lápis, como sendo o 1, mas percebe-se, nitidamente, que o seu início não se conservou.

²⁶ Cf. o quadro em apêndice.

ao JJ_ <^ f_ ^v_j 7v e gj^ q_u_e deverá ser o mesmo que Praça de Marvila (vd. BEIRANTE, Maria Angela Godinho- V. da Rocha - *Santarém medieval*, op. cit, p. 81).

³ TT - SE, f. [3].

² TT - SE, f. [7, llv, 57].

*Esteiras*TM, da *Regueira*³⁴, das *Tendeiras*³⁵, *Falcoeiros*³⁶ e de *Arma Cavalinho*³¹. Na *rua da Cadeia*TM, um só pardieiro e na *de Marvila*³⁹, para quem vinha da cadeia, uma casa sobradada. Outras situavam-se em *becos*: de *Pedro Castelhanos*⁴⁰, de *Pedro Vaz*⁴¹ e dos *Boticários* (na travessa que ia para a rua das Esteiras)⁴². Por fim, e para além dos imóveis no *bairro Falcão*⁴³ e no *bairro do Pereiro*⁴⁴, redacta-se, ainda, a rua de *Figueira Lingela*⁴⁵, perto da igreja do Salvador; a Ribeira, onde estavam as alcaçarias⁴⁶; e o *Vale das Estacas*⁴¹. Uma só vez se fala da rua de *Rodrigo Eanes*⁴⁹, azemel.

Relativamente ao bairro do Pereiro, diz-se estar, por sua vez, no *bairro do duque de Guimarães*, na *rua Direita da Porta de Vaiada*⁴⁹.

Como área mais rural se deve tomar o *Postigo de Vale do Rei*⁵¹, paredes meias com as *Carniçarias*⁵¹: aí se encontravam os olivais, o cortinhal e um quintal com suas árvores, nas proximidades de Santa Maria dos Inocentes.

De acordo com o estudo de Angela Berrante, sobre Santarém medieval, pode concluir-se que os ditos espaços se concentravam, prevalentemente, no considerado burgo novo, face às Alcáçovas⁵², e disseminados entre as freguesias de Santo Estêvão, S. Nicolau e no arrabalde da Ribeira⁵³. Todavia, o máximo de expressão destes bens situa-nos na "quadrícula de Santo Estêvão"⁵⁴. Devem inserir-se, neste espaço, as ruas que circundavam a dita Igreja: rua Direita, S. Brás, Esteiras⁵⁵, Falcoeiros e Arma Cavalinho, por exemplo⁵⁶. O adro, ou "adro do Milagre" era contíguo a S. Brás, onde existia o hospital de João de Santarém⁵⁷, e que deverá ter contaminado o topónimo da rua. Dita, como se disse, "do Hospital de S. Brás"⁵⁸.

³³ TT - SE, f. [3v, 4, 12v].

³⁴ TT - SE, f. [6ve8vj].

³⁵ TT-SE, f. [11].

³⁶ TT - SE, fr. [5v].

³⁷ TT - SE, f. [4 e 5].

³⁸ TT - SE, f. [10].

³⁹ TT - SE, f. [9v].

⁴⁰ TT - SE, f. [3].

⁴¹ TT - SE, f. [1].

⁴² TT - SE, f. [3v].

⁴³ TT - SE, f. [6v].

⁴⁴ TTT- SE, f. [11].

⁴⁵ TT - SE, f. [12].

⁴⁶ TT-SE, f. [14].

⁴⁷ TT - SE, f. [18v].

⁴⁸ TT - SE, f. [8].

⁴⁹ Cf., no quadro em apêndice, a casa que trazia Estêvão Eanes, beneficiado de Santo Estêvão (TT- SE, f. [11]).

⁵⁰ TT - SE, f. [19]. Cf. BEIRANTE, Maria Angela - *op. cit.*, p. 86

⁵¹ TT-SE, f. [13e13v].

⁵² *Op. cit.*, p. 67.

⁵³ *Op. cit.*, p. 82 e 105.

⁵⁴ *Op. cit.*, p. 86 e 86.

⁵⁵ Actual rua das Frigideiras e que se crê assim já se nomear com Afonso III (*op. cit.*, p. 74 e 75).

⁵⁶ *Op. cit.*, p. 84 e 85.

⁵⁷ *Op. cit.*, p. 85.

⁵⁸ TT - SE, f. [2v].

Depois, certos imóveis se registam, a pontear a zona de transição para o mundo rural, desde o bairro do Pereiro e o bairro Falcão, até à Porta da Vaiada⁵⁹. Como se dissera acerca do bairro Pereiro, sabe-se pertencer, então, a D. Fernando [II], conde e duque de Guimarães, como fica memória dos abusos de imunidade que tornavam o dito bairro como asilo de criminosos⁶⁰.

A rua da Regueira ficava, por sua vez, junto ao Bairro Falcão⁶¹.

Como se ressalvara, o facto de se operar com uma base quantitativa muito limitada não esconde um cenário de claro dinamismo urbano, quer na proliferação de traçados construídos, quer na paisagem que perpassa da toponímia. Por fim, parte da geografia patrimonial de um dada instituição eclesiástica.

Olhando os prédios de habitação, e como é comum para todo o lado, as anotações movem-se entre "casa" e "casas", num sentido genérico. Realidade que os investigadores vêm confirmando, ainda que passível de explicar por interpretações diferentes, como é sabido.

Entre os indicadores que podem ajudar a perceber os traçados arquitectónicos contam-se os de "casa dianteira", "casa e câmara", "casa(s) sobradada(s)", casas térreas, e casa térrea com câmara. Entre indicadores de diferença, uma casa-torre, sobradada, mas com um custo de usufruto bastante inexpressivo⁶², e umas casas que haviam sido estalagem, na rua das Tendeiras⁶³. A dita casa-torre, emprazada a Branca Afonso, sita junta ao prédio de um escudeiro, pode sugerir que se terá tratado de um desmembramento de um prédio mais vasto, em favor da igreja de Santo Estêvão.

Inútil buscar, na referida fonte documental, informes sobre os materiais utilizados. Percorrendo todos os registos - ao todo, quarenta e um - uma só nota isolada perpetua a memória de um pardieiro, na rua da Cadeia, cujas paredes eram de pedra⁶⁴.

Dado que Santarém se insere numa zona caracterizada pela diversidade de ambientes geográficos⁶⁵, admitem-se especificidades regionais que legitimem cenários diferentes dos nortenhos, os que melhor conhecemos. No pressuposto de que os construtores medievais utilizariam, em grande parte, todo e qualquer material que estivesse ao 'pé da porta', poderíamos falar da pedra, com certeza, mas também da cal, do adobe ou taipa, da madeira e, por certo, também do colmo. À luz dos recursos naturais prevalentes, pedra, neste contexto, poder-se-á tomar como sinónimo de calcário, já que o granito não abundava, com excepção da serra de Sintra e das cercanias de Porto de Mós; a presença do xisto assemelha-se mais um recurso beirão, ou da orla intermédia; e o basalto, cujo uso se crê escasso⁶⁶. Todavia, somos levados a pensar que poucas seriam as casas cuja construção se furtasse ao uso da

⁵⁹ *Op. cit.*, p. 86 a 88. A rua da Porta da Vaiada corresponde à actual Tenente Valadim.

⁶⁰ *Op. cit.*, p. 88.

⁶¹ *Op. cit.*, p. 88.

⁶² Sita nas Carniçarias, que trazia Branca Afonso, e a pagar, de foro, apenas quinze soldos (TT - SE, f. [13]. Cf. quadro em apêndice.

⁶³ Cf. o referido na obra citada, sobre *Santarém medieval*, a p. 85.

⁶⁴ TT - SE, f. [10].

⁶⁵ Cf. *Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa, Ed. do Sindicato Nacional dos Arquitectos, vol. II, p. 8.

⁶⁶ *Arquitectura Popular (...)*, *op. cit.*, p. 56.

madeira. Uso que, por sua vez, se ajustava bem aos chãos arenosos, e à humidade marítima, que enformavam esta zona ribatejana. Remetendo para prudente silêncio o que as fontes não permitem afirmar, passamos à fisionomia das habitações. Algo que se ajusta aos traços predominantes da região: uma diversidade confinada a casas térreas, de um só piso, casas sobradadas, com rés-do chão e primeiro andar. De acordo com as anotações conservadas, deparamos com uma realidade incluível na tipologia desenhada por Sílvio Conde⁶⁷.

Em tal enquadramento, o primeiro tipo de habitações conformava-se na casa térrea, sem mais. Ou seja, passível de interpretar como de um só piso, e de um só repartimento. Entre os imóveis do cabido, expressamente quatro.

Um segundo tipo, ajustável às construções térreas, logo de um só piso, mas a comportar acrescentos horizontais. Assim cremos poder considerar as menções as três casas e câmara, a casa dianteira e câmara⁶⁸, a casa térrea e câmara⁶⁹, a casa e câmara⁷⁰ e, ainda, a casa dianteira e loja⁷¹. Como defende Sílvio Conde, a câmara corresponderia a algo como "casa de dentro" em contraste com a casa dianteira, cuja presença se atesta em Santarém. Por duas vezes, o foreiro apenas detém a *casa dianteira*, remetendo-nos, assim, para um quadro semelhante ao primeiro tipo, bem como nas várias notas em que apenas se fala de casa ou casas, sem mais. Por outro lado, algo como trazer de prazo três casas térreas, todas juntas, se deve tomar como uma busca de espaço, na horizontal. Pode acontecer, também, que certa residência se componha de uma casa térrea e câmara, só parcialmente sobradada⁷². E assim nos vão chegando, entre exemplos esparsos, indicadores do normal dinamismo urbano, nos arranjos do espaço.

Em seis casos, o facto de sabermos serem casas sobradadas permite aproximá-las ao terceiro tipo: prédios de dois pisos, em que se duplicava, no sobrado, o esquema do piso térreo, em termos de divisões. Neste caso pode inserir-se a referência a umas casas sobradadas, com loja, casa dianteira e casa⁷³. Em outro, constando uma casa sobradada, quintal e pardieiro, anota-se que "jé he ffeito em casa"⁷⁴. Entre as memórias mais curiosas, pode referir-se o imóvel que havia servido de estalagem⁷⁵. Na descrição do tempo, algo como umas casas *repartidas em quatro casas*, entre a Praça da Vila e a rua das Tendeiras. Num aproximar à realidade, tudo indica tratar-se de duas casas dianteiras e de duas casas de dentro, distribuídas por dois pisos.

Quanto ao crescimento em altura, o máximo detectado fixa-se num imóvel, sito na rua que vinha da cadeia, composto de dois sobrados, logo de três pisos⁷⁶, o que se aproxima da paisagem de muitos outros centros.

⁶⁷ "Sobre a casa urbana do centro e sul...", *op. cit.*, p. 245.

⁶⁸ TT-SE f. [lv].

⁶⁹ Por vezes com quintal (*Santo Estêvão...*, f. 4).

⁷⁰ *Santo Estêvão...*, f. 3 e 5.

⁷¹ *Santo Estêvão...*, f. 3v.

⁷² Cf. casa emprazada a Pedro de Abreu, seleiro (TT - SE, f. [12]).

⁷³ TT - SE, f. [3v].

⁷⁴ TT - SE, f. [6v].

⁷⁵ TT - SE, f. [9].

⁷⁶ TT - SE, f. [9v].

Um quarto tipo pode servir para melhor explicar algumas soluções que revelam maior complexidade, como fora o caso das antigas estalagens. Podia acontecer, ainda, que um pedaço de chão, na rua Regueira, se encontrasse sem valor, já que ninguém o trazia por qualquer título⁷⁷.

A superfície média das casas, e tomando por análise os trinta e três registos, permite obter uma cifra pouco superior aos vinte e três metros quadrados⁷⁸. Algo mais modesto do que outros exemplos que já se anotaram, mas pouco revelador de *per si*, dado estar a operar-se com escassos elementos. Mas é sempre um indicador, neste contexto. A loja referenciada era um pouco superior à média das casas, já que rondava os vinte e seis metros quadrados. Se isolarmos a área dos nove quintais redactados, os valores médios rondavam os oitenta e seis metros quadrados e meio⁷⁹, em valores que oscilaram entre os vinte e oito e os duzentos e dezanove metros quadrados. Um só cortinhal, com pouco mais de noventa e três metros quadrados⁸⁰. Um cálculo médio da área total, entre repartimentos, sobrados, quintais e loja, levar-nos-ia para algo próximo dos setenta metros quadrados⁸¹.

Buscando, agora, a relação entre comprimento e largura, diversos exemplos atestam, para Santarém, o que Angela Beirante tinha constatado: ou seja, a forma alongada dos prédios⁸². A média da *ratio* comprimento/largura, para as trinta e três casas em estudo, atinge algo a rondar os 7:1. Das câmaras conhecidas, a média fixa-se em 4:1 e para os quintais o facto é ainda mais evidente: 8:1. Por fim, uma loja a integrar-se nesta relação, por 7:1.

Assim, casas mais compridas que largas. Só em três prédios a sua forma se próxima de um quadrado e apenas um caso em que a largura é um pouco superior ao comprimento (1:0,9).

Os foros assemelham-se um pouco baixos, se os confrontarmos com alguns exemplos disponíveis para a realidade de centros urbanos nortenhos - cerca de oitenta e seis reais e meio.

Buscando, a terminar, uma leitura rápida da paisagem social que nos chega, via património de Santo Estêvão, desenha-se um quadro bem diferente de Guimarães ou Barcelos, que melhor conhecemos. Santarém, como concelho típico da Reconquista, e como centro assíduo da corte régia, é preferido por gente de condição superior: um fidalgo, um escrivão dos livros do rei, um escudeiro do Infante D. Henrique, um tangedor da rabeça do rei e um amo de um fidalgo servem de exemplo. Para além de um besteiro, cujo foro o tornava acima da peonagem, o mundo dos profissionais queda-se pela presença de um ferrador, um seleiro e um almocreve. Um só caso evoca maior simplicidade, quando perpetua a memória de um *homem trabalhador*. E como vai sendo comum, no universo conhecido confirma-se o protagonismo dos homens, na escrita do tempo: 63% para 33% de mulheres. No feminino, a maioria das mulheres 'entram' nas casas que estudamos via casamento, e já viúvas, então. Entre

⁷⁷ TT - SE, f. [8v].

⁷⁸ Mais concretamente 23.15 m². A referida média comporta, como valor mínimo, os 11.3 m² e, como valor máximo, os 58.8 m².

⁷⁹ Mais rigorosamente 86.48 m².

⁸⁰ Em valor mais correcto, 93.43 m².

⁸¹ Tendo em conta os casos em análise chegar-se-ia à cifra de 67.97 m².

⁸² *Santarém medieval* (...), op. cit, p. 115, onde a autora conclui pela predominância de casas térreas, mais compridas do que largas, e de reduzidas dimensões.

elas, duas haviam sido casadas com caçadores; outra, viúva de um ferrador; e uma outra que fora de um carreteiro ou, apenas, o registo da mulher que foi de homem trabalhador⁸³.

Assim se conclui, por agora, algo que não ultrapassa um breve esboço das construções de Santarém medieval, entendendo tratar-se, apenas, de mais um simples contributo para prosseguir e tentar outras leituras pluridisciplinares, como se referira, no início. E só com elas, cremos, se haverá de avançar, em interpretações mais abrangentes e mais profícuas.

⁸³ *Vd. quadro em apêndice.*

Apêndice

Propriedade urbana da colegiada de Santo Estêvão de Santarém

[1474]

FORJSIRO	RtIA	PRÉDIO	roRO/í^MsXò'	
			Reais	ÁTÉS
Afonso Rodrigues Girão (3: pessoa)	De Arma Cavalinho	Quintal	120	1 frango
Álvaro Dias, clérigo de missa (1: pessoa)	Das Esteiras	Casa térrea, pardieiro e quintal ⁸⁴	120	1 galinha 12 ovos
Álvaro Gonçalves, ferrador (1: pessoa)	Das Esteiras	Quintal	10	2 frangos
Álvaro Vaz, besteiro (1" pessoa)	De Marvila ⁸⁵	Casa sobradada	250	2 frangos
André Teles, fidalgo (1? pessoa)	Direita de Santo Estêvão	Casa	40	2 galinhas
Beatriz Eanes, viúva de Domingos Afonso (2: pessoa)	De S. Brás	Casa térrea, dianteira, com câmara	100	1 galinha
Branca Afonso, viúva de Vasco Lourenço (3" pessoa)	Postigo de Vale de Rei (Carniçarias) Carni carias	cortinhal Casa-torre sobradada	10 25	1 frango 1 frango
Catarina Vaz (1: pessoa)	Direita de Santo Estêvão	Casa térrea	50	2 galinhas
Diogo Gonçalves, escrivão dos livros do rei (1! pessoa)	Praça da Vila	Casas	550	2 capões
	Praça da Vila	Casas ⁸⁶		
	Praça da Vila	Casas ⁸⁷		
	Tendeira	Casas das estalagens ⁸⁸		
Estêvão Eanes, beneficiado de Santo Estêvão	Bairro do Pereiro ⁸⁹	Casa sobradada	50	1 capão
Fernão Vaz, escudeiro do Infante D. Henrique (1? pessoa)	Adro de Santo Estêvão	Casa e quintal	60	2 galinhas 1 frango

⁸⁴ Anotado que este pardieiro é já casas.

⁸⁵ Anotado que vem da cadeia.

⁸⁶ Dentro da anterior.

⁸⁷ Também referido que está dentro das primeiras casas.

⁸⁸ Anotado que foram estalagens e que são três casas.

⁸⁹ Indicado que é no bairro do duque de Guimarães, na rua Direita para Vaiadas.

FOBEIRO	EUA	PMÉDIO	FORO/PENSÃO	
			Reais	Aves
Isabel Álvares, viúva ⁹⁰	Ribeira da Vila	Alçaçarias ⁹¹ , pelames e casas	125	1 capão
João Afonso, amo de João da Costa, cavaleiro (1ª pessoa)	Hospital de S. Brás	Casa térrea com câmara Casa dianteira	40	2 frangos
João Eanes <i>Fotraque</i> (2ª: pessoa)	Vale de Rei	Olival	1 alqueire de azeite	
João Rodrigues, homem trabalhador	Beco de Pedro Vaz	Casa e pardieiro	120	1 frango
João de Gouveia	Postigo de Vale de Rei (Carniçarias)	Quintal e árvores	20	1 frango
Margarida Eanes, viúva de Vicente Eanes, caçador do rei (Vi pessoa)	Hospital de S. Brás	Casas (três) e câmara e quintal	70	2 galinhas 2 frangos
Maria Afonso, viúva de Gil Afonso, caçador do rei (2ª pessoa)	De S. Brás	Casa térrea e Casas	30	2 galinhas
Maria Domingues, mulher de Afonso Eanes, carreteiro de S. Gião (2ª: pessoa)	Bairro Falcão	Casa e quintal	18	2 galinhas
Maria Eanes, mulher de Tristão Afonso, caçador do rei (2ª: pessoa)	Dos Falcoeiros	casa	15	2 frangos
Mulher que foi de Lourenço Gil, ferrador (2ª pessoa)	Da Cadeia	Pardieiro	20	2 frangos
Ninguém traz emprazado	Da Regueira	Pedaço de chão	s/r	
Pedro Eanes Castelhana, almocreve (1ª pessoa)	Das Esteiras	Casas	110	2 galinhas
	Beco do Boticário	Casas sobradadas		
Pedro de Abreu, seleiro	Da Figueira Lingela	Casa térrea ⁹² e câmara	300	2 galinhas
Pedro de Sousa (1ª: pessoa)	Direira	Casas sobradadas	40	2 frangos

⁹⁰ Filha de Álvaro Fernandes da Ribeira.

⁹¹ Meias alçaçarias.

⁹² Regista-se que parte é sobradada.

FOREÍRD	RUA	PRÉDIO	FGfco/PENSÃO	
			Reais	Aves
Rui Martins, tangedor da rabeça do rei (1* pessoa)	Adro de Santo Estêvão	Três casas térreas	78	2 galinhas
	Vale das Estacas	Casas e olival		
Senhorinha Vaz, mulher de Fernão Gonçalves, homem trbalhador (3! pessoa)	De Arma Cavalinho	Casa e câmara	20	2 frangos
Vasco Lourenço ⁸³ , (1 í pessoa)	Da Regueira	Casa, pardieiro ⁹⁴ e quintal	60	1 galinha
s/r	De Rodrigo Eanes, azemel	Casa	sr	

⁸³ Genro do *Buli Buli*

⁹⁴ Ressalvado que já são casas, ou seja, prédio já reconstruído.